

# O grau zero da Comunicação<sup>1</sup>

José Luiz Braga

## Resumo

Os códigos requeridos para viabilizar a comunicação são produzidos por processos comunicacionais. Essa premissa põe o problema do grau zero da comunicação: qual o ponto de partida do fenômeno comunicacional gerador e usuário de códigos e inferências? A hipótese trabalhada é que o grau zero é a competência biológica da imitação. O texto dialoga com proposições de Gabriel Tarde, sintonizando e tensionando o autor. Debate aspectos biológicos e sociais da imitação; relações entre imitação e invenção; e a circulação comunicacional em contraste com mera propagação. Conclui com reflexões heurísticas, e propõe que a invenção comunicacional é inerente ao aspecto lacunar do instinto da imitação.

## Palavras-Chave

Conhecimento Comunicacional.  
Códigos e Inferências. Imitação.

## 1 Introdução: a comunicação precede a linguagem

A linguagem verbal é frequentemente referida como processo básico para a comunicação humana – como o sistema de regras que a define e estabelece ofertas e restrições ao que se pode ou não expressar e mesmo pensar. Seria o código que viabiliza, ainda que com limitações, o entendimento entre os que o possuem. Tomada ao pé da letra, essa perspectiva corresponde a considerar a linguagem verbal como a base sobre a qual se realiza a comunicação.

É claro que, se a espécie humana conseguiu gerar uma linguagem como processo e código básico para se comunicar, as comunicações se darão em geral *dentro da linguagem*, nas línguas específicas socialmente produzidas. Segue-se que tais códigos comandarão (em certa proporção, mas não em sua totalidade) as interações comunicacionais que os acionam. É por isso que os seres humanos interagirão e pensarão em modos diferentes se forem usuários da língua portuguesa ou da língua japonesa, do alemão ou do hopi.

Entretanto, também com frequência, nos comunicamos para além da linguagem verbal – nas situações em que esta não fornece base suficiente, mas ainda assim, por vias indiretas, por acionamento de outras linguagens ou por invenções sociais *ad-hoc*, conseguimos interagir. Mais que isso – é inevitável reconhecer a presença de processos comunicacionais para a própria invenção e desenvolvimento da linguagem verbal e das linguagens em geral (Braga, 2010). Salvo aceitar o mito do recebimento pelos seres humanos de uma linguagem pronta, é preciso adotar a premissa de que os códigos que viabilizam a comunicação (incluindo aí, particularmente, as linguagens) são produzidos socialmente pelo próprio ser humano *em comunicação*. A comunicação é processo constituinte das linguagens.

Assim como observamos com a linguagem, diversos outros processos e instâncias do social são frequentemente propostos como “primeiros” com relação à comunicação – como antecedentes em função dos quais ela se produziria; ou como variáveis principais perante os quais a comunicação, qualquer que seja sua origem, aparece como variável interveniente: os signos, o fato social, a cultura, o poder, a opinião pública, a informação, os processos econômicos ou jurídicos, o desejo, a atualidade, as mídias (tecnologias, indústria cultural e/ou redes sociais), etc.

Tais processos e instâncias da sociedade são tomados como objeto de conhecimento de disciplinas estabelecidas, e a comunicação é aí observada como componente, como modo de exercício a serviço das dinâmicas em pauta, como derivação, como epifenômeno. Na melhor das hipóteses, como uma presença merecedora de atenção – seja para ampliar a compreensão do processo considerado principal, seja para acionamento estratégico, a serviço de seus objetivos de ação. A comunicação é observada como algo que deriva de processos sociais outros; ou que intervém lateralmente, produzindo variações. Aqueles processos assumidos como antecedentes, vistos como base substancial para a existência da comunicação, é que justificariam estudar os fenômenos comunicacionais.

Grande parte do que conhecemos hoje sobre o fenômeno comunicacional foi assim desenvolvida, a partir das observações de uma ou outra das Ciências Humanas e Sociais (CHS), ou de alguma prática ou instituição social: a linguística, a semiótica, a sociologia, a antropologia, a ciência política, a economia e o direito, a psicologia, o jornalismo, o campo prático-teórico das ações midiáticas na sociedade. Muitas descobertas podem ser e têm sido feitas pelo estudo da incidência de cada um daqueles processos referidos sobre os processos comunicacionais. Mas, em todos esses ângulos, o que se conhece da comunicação corresponde apenas aos

aspectos em que esta se manifesta como variável dependente; como epifenômeno em relações pretendidamente deterministas; como variável interveniente, merecendo o estudo das variações produzidas; ou ainda como recurso estratégico, no caso de operações práticas e reflexivas voltadas para objetivos praxiológicos.

Ampliando, entretanto, aquela premissa da comunicação como constituinte necessário das linguagens, podemos afirmar que todos os processos sociais são rigorosamente inviáveis sem o exercício de comunicação entre os homens. Tenho assim proposto, como programa de ação epistemológica para geração de conhecimentos propriamente comunicacionais, uma ênfase inversa àquela das demais CHS: buscar os conhecimentos que se possam desenvolver assumindo a comunicação como um “primeiro”, do qual decorrem movimentos geradores e direcionadores daqueles demais processos referidos.

A perspectiva aqui avançada é a de que as regras, os padrões, as repetições, os códigos – as linguagens – que conformam historicamente todos os processos sociais *são comunicacionalmente elaborados*. Não podemos, então, pensar a comunicação como o simples uso de códigos sociais que a antecederiam. É preciso pensar também em como esse código foi produzido; e no fato de que, para a construção do código (de qualquer ordem que seja), foi necessária, já, uma ação comunicacional – pessoas e grupos em interação. Encontramos uma boa sustentação

para essa perspectiva na seguinte reflexão de Merleau-Ponty:

... que dizer da primeira fala da humanidade? Ela não se apoiava sobre uma língua já estabelecida [...] o princípio da comunicação já estava dado antes dela pelo fato de o homem perceber outro homem no mundo, como parte do espetáculo (Merleau-Ponty, 2007, p. 85).

Não se trata de pretender que o fenômeno comunicacional determine os demais processos, mas apenas de assumir que, se a comunicação faz parte constituinte de tais processos, estes não podem ser considerados primeiros, antecedentes, com relação ao fenômeno comunicacional – ainda quando sejam conformadores ou direcionadores de episódios específicos de comunicação. Se estudarmos o fenômeno comunicacional apenas em seus aspectos de variável dependente ou interveniente eventual, estamos abandonando um conhecimento, entretanto, nuclear dos processos sociais – aqueles referentes à comunicação como variável principal.

A lógica que dá sustentação aos argumentos referidos decorre daquela premissa de que os seres humanos desenvolvem comunicacionalmente os códigos de que necessitam para se comunicar. O desenvolvimento desses códigos (que se manifestam diversificadamente em todos os processos sociais) se faz por meio da comunicação entre humanos.

Em artigos anteriores (Braga, 2011; 2012; 2013), desenvolvemos a proposta heurística de que processos interacionais são caracterizados

por articulações muito variadas entre dois processos básicos: acionamento de códigos – elementos compartilhados entre os participantes de uma interação; e exercício de inferências – que colmatam os limites sempre existentes dos códigos e os ajustam às condições específicas da interação. Nesse mesmo processo conjunto de códigos e de inferências, os códigos são transformados e ressignificados constantemente, nas condições sociais e históricas, pela própria interação, sempre tentativa<sup>2</sup>.

Ora, essa tomada de posição leva a um problema interessante: recusamos qualquer código social já dado como antecedente que viabilize esse processo de transformação e produção, a partir do qual códigos crescentemente complexos, sutis e diversificados são produzidos; mas ao mesmo tempo exigimos algo já compartilhado para que ocorra comunicação. Sobre qual “ponto de partida”, então, se inicia o fenômeno comunicacional como gerador de códigos e inferências?

Dada a premissa “sem comunicação não há sociedade”, não podemos tomar nenhum processo *já social* como ponto de partida. Se, no espaço de tal reflexão, não podemos reconhecer a antecedência dos processos sociais que são o objeto principal daquelas disciplinas e práticas sociais, onde começa a comunicação – qual o seu grau zero?

Quero sublinhar que a expressão “grau zero” não corresponde a uma visão essencialista da comunicação – como se o grau zero fosse uma definição ontológica de comunicação. Muito diversamente, como ficará explícito adiante, trata-se de localizar o ponto em que surgem os processos mínimos, códigos e inferências, para viabilização de processos comunicacionais. O exercício efetivo da comunicação na sociedade apenas aciona as condições originais para gerar processos cuja diversidade, embora aí assentada, não é *determinada* por elas.

Esse é, então, o problema que o artigo procura trabalhar, pela proposta de uma hipótese heurística – para refletir sobre o que, não sendo ainda “comunicação”, é, no entanto, a base necessária para esta.

## 2 A competência de imitação como grau zero

Nosso ponto de partida é dado pela própria questão. Se a comunicação exige códigos compartilhados (que se complementam por processos inferenciais), e os códigos sociais são já construídos por comunicação humana, devemos encontrar como base dessa processualidade produtiva algum modo de compartilhamento entre os seres humanos que não seja socialmente iniciado.

<sup>2</sup> Se a comunicação é o processo social básico para geração de códigos interacionais, infere-se que a comunicação ocorrente no uso desses códigos incide continuamente sobre eles.

Minha pista para a proposição da competência de imitação como sendo esse compartilhamento básico surgiu quase casualmente na elaboração de artigo anterior (Braga, 2013). Tratava-se aí de refletir sobre a noção de “código interacional”, com a qual já havia trabalhado antes em modo menos sistematizado.

Para esclarecer o conceito, o artigo caracteriza códigos como os elementos compartilhados entre os participantes, que os acionam para um episódio interacional. São apresentados, então, alguns tipos de compartilhamento que podem funcionar como base interacional: códigos de transposição, “gramáticas”, o sistema da língua, regras e padrões culturais de comportamento, regularidades práticas, referências em comum. Desde que tais possibilidades sejam compartilhadas, qualquer que seja seu rigor ou precisão, já não estamos isolados comunicacionalmente – dependendo, é claro, de um acionamento de nossas competências inferenciais, sem as quais os códigos não se exercem ou funcionam mal.

Naquele artigo, organizo a apresentação desde o nível mais estrito de código (a transposição criptográfica estrita) até o nível mais vago das referências em comum, passando por processos crescentemente flexíveis ou difusos. Tornou-se quase automático, como reflexão, buscar algo mais elementar ainda, ao final da lista. Cheguei assim a mais um processo possível de compartilhamento:

Aquém de todas essas perspectivas, devemos ainda considerar que, malgrado todas as diferenças, somos espécimes de uma mesma espécie. Percebemos as relações, muito diversas,

que mantemos entre o “eu” e o mundo – temos instrumental genético para isso; o compartilhado, aqui, é alguma coisa de ordem biológica. Se não temos o instinto padronizador dos insetos sociais, temos entretanto uma característica neuronal que viabiliza perceber-imitar o que ocorre em nosso entorno (Braga, 2013, p. 161).

A diferença de natureza entre esse último elemento e o resto da lista fica evidente. Todos os demais são socialmente produzidos; este (e aqui a expressão “aquém” ganha seu sentido mais exato) é de natureza biológica. Foi a pista para a presente hipótese – dessa proposição e de seu relacionamento com perspectivas de Gabriel Tarde, a que já me referi naquele artigo – dando base para a pergunta que a orienta.

\*

Em comparação com os animais em geral, o ser humano mostra uma insuficiência no que se refere aos instintos articuladores da ação em comum. No instinto animal aguçado, o que está na espécie está igualmente em cada espécime – de modo que, sem necessidade de aprendizagem, os comportamentos se ajustam com perfeição, seja pela repetição dos mesmos gestos, seja pela distribuição diferencial, geneticamente preestabelecida, de funções que se complementam de modo a gerar adaptatividade da espécie ao ambiente.

Podemos considerar que a competência humana da imitação é dessa mesma ordem do instinto: uma qualidade que está na espécie e em cada espécime. Entretanto, em cotejo com as abelhas

e outros animais sociais, o “instinto da imitação” parece defeituoso – pois não inclui os gestos a serem feitos nem a distribuição diferencial biológica de funções. Tudo o de que dispomos é de uma “ponte” entre os espécimes – ou entre cada um destes e a espécie – sem, contudo, ter estabelecido o quê, como e com que objetivos se pode atravessar essa ponte e ser repetido ou se complementar pelos gestos entre os participantes.

Assim, se os instintos animais são aqueles que fornecem, junto com as competências processuais, códigos genéticos direcionadores do relacionamento entre os espécimes e destes com o mundo circundante, temos na capacidade de imitação uma espécie de código vazio – uma competência processual conjunta sem definição do que pode ou deve ser aí processado. O comportamento se abre para processos externos à estrutura genética, os quais passam a ser buscados no mundo.

Relacionamos com essa situação o fato, historicamente desenvolvido, de que nos tornamos essa espécie animal que, para sobreviver em coletividade, *deve inventar seus próprios códigos*, não fornecidos na estrutura biológica. Como os códigos socialmente inventados são inevitavelmente imperfeitos, porque ajustáveis *ad-hoc* a situações moventes, paralelamente fazemos ajustes, requeridos para a sobrevivência

da espécie, desenvolvendo o que chamamos de capacidade inferencial.

Assim, se do ponto de vista da perfeição natural do instinto, a mera capacidade imitativa aparece como defeito ou lacuna, do ponto de vista da flexibilidade e da variação, pode ser vista como uma vantagem adaptativa da espécie.

Temos, então, a proposição básica do presente artigo. Assumindo, para a comunicação humana, o requisito de elementos compartilhados, e adotando a premissa de que os elementos *socialmente* compartilhados exigem já a participação da comunicação humana, a base desta tem que ser algo compartilhado em nível pré-social – logo, biológico –, que possa, por sua vez, funcionar como ponte relacional já dada. Sobre esta podem então ser elaborados outros e outros sistemas e táticas de compartilhamento. Para isso, entretanto, os códigos não são suficientes: devem, necessariamente, se complementar por processos inferenciais. Na ausência da perfeição instintiva que atribui os mesmos gestos a cada espécime (ou os distribui diferencialmente entre os espécimes), o estado lacunar se transfere do código biológico aos códigos elaborados, exigindo que a ultrapassagem da lacuna se faça por inferência<sup>3</sup>.

Não pretendo, é claro, subsumir o pensamento comunicacional à biologia, nem buscar explicações

**3** Sempre que não especifico a inferência como dedutiva ou indutiva, estou me referindo à inferência abdutiva – que me parece ser aquela, natural no ser humano, intrínseca à insuficiência do instinto de imitação. Acredito mesmo que dedução e indução resultam de um trabalho de codificação social (em sistematização aperfeiçoadora) derivado da competência original.

neuroológicas do processo comunicacional, em uma perspectiva passadista de “naturalismo social”.

A capacidade de inventar códigos para interação, em vez de nos fazer depender exclusivamente dos processos do instinto, inversamente, nos liberta de uma total dependência do biológico, viabilizando criações essencialmente sociais. Considerando a comunicação como um conjunto de processos de ação, de criação e transformação interacional, a imitação (competência biológica) é apenas o ponto inicial, de entrada.

Nosso sistema complexo de códigos interacionais e inferências exigidos para a articulação entre os seres humanos, menos perfeitos que os códigos do instinto, é, porém, insuperável em diversidade e amplitude. A capacidade da imitação está igualmente na espécie e no espécime – no entanto, o que se pode fazer com base nessa competência não é biologicamente dado: só se produz socialmente, pela comunicação aí viabilizada.

### 3 Gabriel Tarde

Para assegurar a defesa da tese até aqui exposta, dar-lhe uma configuração mais elaborada e para desenvolver algumas das possibilidades heurísticas de sua proposição, vamos referir o pensamento de Gabriel Tarde, em sua obra *Les lois de l'imitation* (Tarde, 1993). Em nosso artigo antes citado (Braga, 2013), iniciamos já um diálogo rápido, que agora pode ser ampliado. Tarde é relevante para nossa proposição, considerando a centralidade e a abrangência que dá ao conceito de imitação.

Nesse diálogo, devemos, porém, fazer transferências e tensionamentos, pelo ângulo de nossos objetivos.

Gabriel Tarde participou da construção do conhecimento sociológico na França, na segunda metade do século XIX, com relevância comparável à de Auguste Comte e de Émile Durkheim. Entretanto, à época, teve menos reconhecimento do que esses autores. O esforço de desenvolver um conhecimento isento de referências psicologizantes – que ganhou vigor com a proposta de Durkheim, de assumir o *fato social* como objeto – pode ter sido responsável pela prevalência deste último. Mas o motivo inverso talvez explique o interesse crescente de Gabriel Tarde nos últimos quarenta anos.

Na perspectiva comunicacional, em que assumo uma inseparável produção mútua entre indivíduos e sociedade, as perspectivas de Gabriel Tarde aparecem como as de um precursor importante. Ele articula de modo produtivo as iniciativas individuais (frequentemente referidas a ângulos psicológicos) e os processos diretamente sociais:

Em matéria social, temos à mão, por um privilégio excepcional, as causas verdadeiras, os atos individuais de que os fatos são feitos, o que é absolutamente subtraído a nossos olhares em todas as outras matérias. (Tarde, 1993, p. 20 – em todas as citações, a tradução é nossa).

E em outro ponto da obra:

Apreso-me a acrescentar que, se a hesitação que precede um ato de imitação é um fato simplesmente individual, ela tem como causa fatos

sociais, isto é, outros atos de imitação já efetuados (Tarde, 1993, p. 121).

Sua concepção de sociedade o leva a um plano mais básico que o das perspectivas economicistas da troca de serviços e da produção de respostas às necessidades, e tem precedência, também, sobre o plano jurídico das relações de direitos e deveres.

Há uma condição anterior;

sem a qual dois seres não saberiam se obrigar um em relação a outro e reconhecer direitos de um sobre o outro; é que eles tenham um fundo comum de ideias e de tradições, uma língua ou um tradutor comum, todas as similitudes estreitas fundadas pela educação – uma das formas de transmissão imitativa (Tarde, 1993, p. 58).

Daí essa definição de grupo social: uma coleção de seres que se imitam entre si ou que, sem se imitar efetivamente, se parecem, e cujos traços comuns são cópias antigas de um mesmo modelo (Tarde, 1993, p. 61).

Reconhecendo evidentemente, na natureza e na sociedade, as explicações baseadas em relações de causa e efeito, Gabriel Tarde considera, porém, mais relevante como produção de conhecimento científico apreender repetições e semelhanças. Quantidades, padrões, categorias – a ciência é o conhecimento do que se repete:

Todas as similitudes de origem social, que se constata no mundo social, são fruto direto ou indireto da imitação sob todas as suas formas, imitação-costume ou imitação-moda, imitação-simpatia ou imitação-obediência, imitação-instrução ou imitação-educação, imitação-ingênua ou imitação refletida (Tarde, 1993, p. 28).

A invenção, por sua vez, aparece como gesto essencialmente transformador e não previsível:

Não se comanda uma invenção, não se sugere por persuasão uma descoberta a fazer. [...] Para inovar, para descobrir, [...] o indivíduo deve escapar momentaneamente a sua sociedade. Ele é supra social, mais que social, tendo essa audácia tão rara (Tarde, 1993, p. 73).

Tais proposições, articuladas, levam a uma perspectiva não determinista, mas, ainda assim, voltada para um conhecimento rigoroso. As invenções oferecem as categorias mensuráveis, as imitações correspondem às variações que podem ser estatisticamente medidas.

Conhecer as causas, isso permite às vezes prever; mas conhecer as semelhanças, isso permite sempre numerar e medir, e a ciência, antes de tudo, vive do número e da medida (Tarde, 1993, p. 23).

Os dois processos sociais básicos, para Tarde, invenção e imitação, se relacionam em movimentos e modos crescentemente complexos na sociedade – que o autor vai apresentando sempre associados a exemplos empíricos em toda uma diversidade de processos sociais (jurídicos, industriais, artísticos, culturais, educacionais, militares, penais,...) – oferecendo concretização e consistência aos padrões observados e propostos.

Na base, são mostradas as articulações fundamentais entre aqueles dois elementos:

Assim, se reconhecerá talvez, lendo esse trabalho, que o ser social, enquanto social, é imitador por essência, e que a imitação representa nas

sociedades um papel análogo àquele da hereditariedade nos organismos (Tarde, 1993, p. 26).

É preciso partir daí, isto é, de iniciativas renovadoras que, trazendo ao mundo ao mesmo tempo necessidades novas e novas satisfações, se propagam em seguida, ou tendem a se propagar por imitação forçada ou espontânea, eletiva ou inconsciente, mais ou menos rapidamente, mas com um passo regular, ao modo de uma onda luminosa ou de uma família de térmitas (Tarde, 1993, p. 21).

A sociedade se complexifica não só pela dialética entre os dois fundamentos, mas também por variações e tensões internas em cada um deles. As imitações se desdobram – há uma repetição de gestos e rotinas que Gabriel Tarde caracteriza como “imitação de si mesmo” (Tarde, 1993, p. 11). Há processos de diferenciação que correspondem a uma “contra imitação” (Tarde, 1993, p. 13) – fazer exatamente ao contrário do modelo.

Além disso, diferentes invenções se interferem mutuamente, disputando a propagação pela imitação; acordos ou oposições de crenças se fortificam ou se limitam mutuamente; há invenções que permitem acumulações indefinidamente (Tarde exemplifica com o enriquecimento léxico das línguas); e invenções que, sendo inextensíveis, do combate entre elas resulta substituição (e o exemplo aqui, entre outros, é o das regras gramaticais de uma língua); ocorrem duelos lógicos (de crenças e ideias) e duelos teleológicos (de desejos e valores).

Tudo isso conduz à posição não determinista do autor:

Há algo de irracional na base do necessário. No domínio físico e no domínio da vida, como também no mundo social, o realizado parece não ser senão um fragmento do irrealizado (Tarde, 1993, p. 18).

\*

Seria naturalmente instigante desenvolver reflexões de aprofundamento para além desse quadro rápido e parcial. Gabriel Tarde aparece como precursor e como proponente de aproximações heurísticas e de perguntas e perspectivas relevantes para diferentes disciplinas do conhecimento. Devemos, contudo, permanecer no diálogo proposto, que se refere à sua visada sobre imitação, buscando tensioná-la por nosso objeto de reflexão.

#### 4 Transferências & tensionamentos

A citação dos trechos de *Les lois de l'imitation*, no item anterior, evidencia uma sintonia entre nossa hipótese e as perspectivas de Gabriel Tarde.

Em primeiro lugar, a importância dada à imitação como uma dinâmica relevante para a sociedade. O relacionamento próximo que o autor observa entre o social e o biológico fornece uma sustentação pertinente para a articulação que fazemos. Lembremos que, através da segunda metade do século XIX, a sociologia busca desvincular sua produção de conhecimento dos determinismos biológicos –, e o pensamento de Tarde parece oferecer um bom equilíbrio entre

uma visão naturalista, que faz tudo depender da hereditariedade (e que, à direita, levou a teorias racialistas), e as perspectivas mais radicalmente separatistas entre o mundo social e o mundo da natureza, as quais acabaram prevalecendo.

O próprio jogo complexo entre imitação e invenção (embora com caracterizações e atribuições diversas das que faço) prefigura questões que hoje alimentam a investigação sobre as bases e as lógicas do fenômeno comunicacional.

A condição prévia citada antes, como necessária para as relações sociais jurídicas e econômicas, de “uma língua, *um tradutor comum*” (Tarde, 1993, p. 58 – grifei), se coaduna com nossa perspectiva de códigos comunicacionais requeridos para todas as relações que acabam compondo a sociedade.

Os aspectos em sintonia, por outro lado, pedem reconfigurações e transferências, ao serem redirecionados do século XIX para o século XXI – em que podemos, mesmo sem os referir pontualmente, nos considerar impregnados por conhecimentos, valores e expectativas intensamente elaborados e debatidos através do século XX.

Paralelamente, algumas proposições de Gabriel Tarde devem ser ponderadas e revistas ao serem transferidas dos objetivos sociológicos (e de construção da sociologia como disciplina específica) para nossos objetivos de conhecimento comunicacional (e do desentranhamento de sua especificidade no conjunto abrangente

das Ciências Humanas e Sociais). Tais reconfigurações nos ajudarão a precisar e ponderar nossa proposição.

#### 4.1 Imitação: biológica ou social?

Um ponto que deve ser esclarecido, tanto no pensamento de Tarde como no que se refere à nossa hipótese de grau zero da comunicação, é a efetiva natureza do que estamos tratando como imitação – se social ou biológica.

Tarde afirma suas leis da imitação como sociais. Sempre que se refere expressamente à categoria, sublinha seu aspecto de processo social. Alguns exemplos: ao tratar de “imitação-costume ou imitação-moda, imitação-simpatia ou imitação-obediência, imitação-instrução ou imitação-educação” (Tarde, 1993, p. 28) como formas variáveis, está claramente referindo processos de natureza social. E ainda: considera expressamente que os fatos sociais são “atos de imitação” (Tarde, 1993, p. 121).

Por outro lado, em diversas proposições – sem que o autor explicita a distinção –, a imitação aparece como questão biológica: “o ser social [...] é imitador por essência” (Tarde, 1993, p. 26). Mais claramente, ainda: “há no sistema nervoso uma tendência inata à imitação” (Tarde, 1993, p. 74). Ou ainda, muito expressamente: “nosso princípio primeiro, a *imitatividade instintiva* do homem social” (Tarde, 1993, p. 53 – grifei). Assim, há uma relação direta entre base biológica e processo social.

De minha parte, a hipótese de grau zero se refere estritamente à competência biológica da imitação. Essa capacidade propriamente neurológica corresponde ao que biólogos descobriram recentemente e que é viabilizado por um tipo de neurônios a que denominaram neurônios-espelho.

À parte dessa competência, não desconhecemos, é claro, os variadíssimos gestos propriamente sociais de imitação (por exemplo, aquelas formas referidas por Tarde). E, ainda, tudo o que se refira aos processos conscientes ou não, intencionais ou espontâneos envolvendo, em alguma medida, a reprodução de gestos e modelos: fazer teatro; aprender por treinamento e repetição; adotar comportamentos existentes valorizados; assumir procedimentos culturais estabelecidos; acionar a mesma língua de nossos pais; desenvolver rotinas, etc., etc.

Não se trata, portanto, de nossa parte ou nas perspectivas desenvolvidas por Tarde, de aprisionar a palavra “imitação” a uma definição excludente – mas de perceber que a expressão pode dizer e fazer coisas diferentes, conforme o ângulo de acionamento. Se Tarde não desconhece um “instinto de imitação” na base de seus processos sociais, está interessado, mais que nesse processo, no variadíssimo exercício social do gesto da imitação/repetição.

De minha parte, se reconheço por óbvias a variedade e a diversificação com que a sociedade

age por processos imitadores (evidentemente sociais), não estou me referindo a estes como grau zero da comunicação, até porque os modos de imitação *social* se exercem já no espaço da comunicação. O compartilhamento básico, que não é ainda comunicação, mas sobre o qual esta se desenvolve, é aquele processo de ordem biológica: a competência de imitação que está geneticamente na espécie humana e em cada espécime – a “imitatividade instintiva”, para usar a expressão de Gabriel Tarde.

## 4.2 Imitação & invenção

O jogo dinâmico proposto por Tarde entre imitação e invenção é efetivamente muito abrangente – pois articula em dosagens, ritmos e tensões dramáticas muitíssimo diversificadas, o que se repete e o que não é repetição e, portanto, inova. Ainda que Gabriel Tarde dê maior relevância à repetição, como processo social, é evidente que sua percepção da sociedade, reconhecedora da variação histórica como é, não pode desconhecer a invenção. Elas compõem, então, no pensamento do autor, as duas dinâmicas básicas da sociedade.

Podemos, entretanto, nos apoiando em conhecimentos desenvolvidos no século XX, considerar que o autor faz uma distinção e uma atribuição excessivamente dualistas entre os dois processos. A primeira é a pretendida distinção estrita entre o que é invenção e o que é imitação: “Tudo, socialmente, não é senão invenções e

imitações, e estas são os rios de que aquelas são as montanhas” (Tarde, 1993, p. 21). A outra dualidade é a atribuição da invenção apenas ao indivíduo, e da imitação ao social como agregado, a aspectos “de rebanho” do ser humano.

Sabemos hoje, porém, que os dois processos, relevantes como são, se manifestam de modo muito mais imbricado. Se é fácil distinguir abstratamente entre eles, na prática o mesmo gesto humano se compõe de dosagens variadas de uma e outra coisa. Não há, assim, invenção pura nem pura imitação – não há “montanhas nem rios” –, tudo é fluxo. Para a reflexão comunicacional referente à circulação, imitação e invenção promovem integradamente os circuitos sociais.

Paralelamente, ultrapassada uma época em que se podia acreditar na genialidade criativa “natural” de uns poucos e em uma tendência à mesmice da maioria, não cabe mais fazer aquela atribuição diferencial das duas dinâmicas. As variações acabam sendo reconhecidas como de natureza social nos dois processos, qualquer que seja a diversidade de talentos que se possa reconhecer entre diferentes indivíduos. Mais exatamente: invenção e imitação compõem o vínculo e a mútua produção entre indivíduo e sociedade.

É interessante, porém, observar que, apesar das afirmações muito explícitas da distinção e da atribuição diferencial, encontramos proposições eventuais no texto de Tarde que suavizam as

dualidades. Por exemplo, entre várias outras: “uma invenção não [é] senão o efeito de um encontro singular de imitações heterogêneas em um cérebro” (Tarde, 1993, p. 77).

Fica evidente, aí, uma imbricação entre as duas dinâmicas, assim como uma incidência do processo social no gesto da invenção, mesmo se o autor não faz muito uso, no livro, dessa percepção. No que se refere à nossa hipótese, defendemos que a base biológica da imitação viabiliza, na comunicação, a imbricação dos processos individuais e sociais, assim como da invenção e da imitação social.

### 4.3 Interação vs. propagação

O processo de mudança social proposto por Gabriel Tarde, assumido como invenções que, em seguida, se propagam, traz para o primeiro plano, em nossa observação, a questão comunicacional da circulação de ideias, desejos e valores. Assumindo a invenção como ponto de partida, Tarde considera que as iniciativas renovadoras “se propagam [...] à maneira de uma família de térmitas” (Tarde, 1993, p. 21).

O tensionamento trazido por nossa perspectiva comunicacional, aqui, é duplo. Primeiro, como objeção à premissa de um padrão meramente propagador da imitação. Evidenciando-se aí, é claro, a preocupação do autor com a formação da opinião pública, a partir das ideias que se difundem,

é inevitável perceber nessa pretensa propagação uma visão transmissiva da comunicação, a qual se manteve vigente por boa parte do século XX – e que correspondia à mera passagem de informação. Enfatizamos, de nossa parte, o aspecto interacional e não “propagador” da comunicação.

A segunda questão decorre de que Tarde assume o processo biológico como se fosse uma garantia da propagação *regular*. O “instinto imitativo”, comparado ao das térmitas, confunde a competência da imitação com um processo estritamente reprodutivo – de *identidade* dos gestos. Assim como na teoria matemática da informação, a lógica da passagem inclui a expectativa de maximização de identidade entre o ponto de emissão e o ponto de recepção.

Para nós, o que deve ser enfatizado no “instinto da imitação” é justamente a imprecisão do processo. Uma abelha não imita outra abelha – ela *tem geneticamente* os mesmos gestos. A imitação, como competência biológica humana, justamente *não assegura regularidade* – é apenas uma espécie de código rudimentar compartilhado, sobre o qual ajustes variados são necessariamente feitos.

A competência biológica da imitação não é puro código reprodutivo – é parte elemento pré-compartilhado e parte lacuna a ser necessariamente completada, uma vez que o compartilhamento é meramente processual. Se isso implica imprecisão – logo, não regularidade, não propagação perfeita

–, *paralelamente determina também invenção*: toda sorte de inferências, que desenvolvem relações entre o compartilhado prévio e aquilo que, nas circunstâncias específicas da interação, está ainda no limbo do “a compartilhar”. E que, portanto, exige invenção social *entre* participantes, e não a ser passado de um para outro.

É por isso que, assumindo a comunicação como um processo interacional articulador e criativo entre seres humanos, podemos defender a hipótese da imitação (biológica) como grau zero da comunicação – porque o “instinto imitativo” fornece, ao mesmo tempo, um chão de compartilhamento, e o aspecto lacunar que abre caminho para a inferência.

Nos debates sobre o artigo, na Compós, essa proposta foi tensionada pela suspeita de que haveria um dualismo entre “código” e “inferência”, resultando em um objeto fraturado e “comportando uma tensão irreduzível a um único princípio de fundamentação” (Christino, 2015, p.4). A observação é pertinente, pois evidencia a necessidade de esclarecimento sobre dois aspectos relevantes da questão.

Sobre o princípio de fundamentação, devo enfatizar que não proponho, no grau zero, uma essência fundadora do comunicacional –, mas sim uma condição pragmática que permite articular de modo eficaz código e inferência como componentes constatados empiricamente.

Sobre a interpretação dualista, efetivamente percebi esse risco (Braga, 2013), contra o qual argumentei, então, observando que esses dois processos se produzem mutuamente. A sociedade gera códigos através da seleção e estabilização de resultados inferenciais; por sua vez, os códigos assim disponibilizados seriam incompletos e inertes se não gerassem inferências de ajuste e renovação. A tese do grau zero, agora, reforça a integração dos dois conceitos, ao indicar que derivam de uma mesma origem: a imitatividade instintiva oferece à espécie, em sua própria imprecisão processual, compartilhamento e capacidade inferencial.

## 5 Conclusão: a heurística do grau zero

A proposta de considerar a competência da imitação como grau zero da comunicação fornece argumentos adicionais para minha perspectiva a respeito dos processos interacionais – que, produzindo inferências articuladoras entre códigos diversos e entre estes e a situação concreta de ocorrência dos episódios, compõem a comunicação humana.

Para além desse reforço de argumento, importa observar a potencialidade heurística da hipótese da imitatividade biológica como grau zero da comunicação. Sendo um código quase vazio, não pode ser determinista, apenas viabiliza a criação de outros e outros códigos constantemente acumuláveis ou substituíveis. Ao mesmo tempo,

fica evidente, aí, uma necessidade social correlata ao processo biológico: o ser humano tem que se tornar um inventor de códigos para produzir e aperfeiçoar a comunicação, uma vez que a lacuna substantiva do compartilhamento apenas biológico tornaria a articulação social muito restrita e muitíssimo desvantajosa para a espécie, por comparação ao instinto animal da identidade de movimentos nas ações articuladas.

Correlatamente, por mais que os participantes desenvolvam códigos sociais rigorosos e abrangentes, estes não poderão ser considerados como deterministas, já que a característica lacunar e tentativa do compartilhamento biológico implica a abertura de espaços adaptativos e diversificadores na medida da mudança de circunstâncias. Ou seja: códigos interacionais só se tornariam deterministas se obtivessem um rigor transpositivo total, eliminando as inferências conjunturais e ainda “corrigindo” a competência imitativa para suprir seu aspecto lacunar – o que não parece possível. De todo modo, se fosse possível, eliminaria, junto com a comunicação, a especificidade dos seres humanos.

A comunicação é, então, aquilo que ocorre no espaço entre sua “base zero” – processo biológico, e, no outro extremo, um estado imaginário de “perfeição matemática” que eliminaria as diferenças e os processos tentativos, gerando exclusivamente articulações lógicas pré-formalizadas. As articulações entre

o compartilhamento biológico e o processo comunicacional permitem assumir que não há determinismo social nem biológico impositivo sobre a comunicação humana.

É importante explicitar que a imprecisão da “imitatividade instintiva” é fundamental não apenas para o surgimento dos primeiros códigos (linguagens) – mantém-se presente e ativa em todo relacionamento humano, compondo com os múltiplos códigos socialmente criados e culturalmente acionados uma base inarredável, ativa, de imitação e invenção.

É verdade que interagimos dentro de fronteiras definidas pelos códigos historicamente estabelecidos e que acionamos as linhas inferenciais delineadas pela cultura de inscrição. Entretanto, essa sujeição nunca é absoluta – por três razões principais:

- a) os diferentes códigos – sempre plurais em cada episódio comunicacional – se compõem em sua diversidade e se apoiam ou se tensionam mutuamente, gerando outras dinâmicas não previsíveis;
- b) as circunstâncias são moventes e acabam exigindo ajustes transgressores de fronteiras anteriores;
- c) e, finalmente, o grau zero – processo biológico – se mantém presente como base inarredável das inferências e dos

códigos estabelecidos: a imitação lacunar solapa inventivamente os códigos sociais, transformando-os.

Isso significa que podemos, nos estudos comunicacionais, investigar a realidade social dos códigos acionados e acionáveis; observar a presença ou não de processos de ruptura ou de redirecionamento do estabelecido; e, no longo prazo, estudar o solapamento transformador.

Os códigos socialmente produzidos podem ser, por sua vez, compartilhados, com apoio na “imitatividade instintiva”. Tarde diria, talvez, que os códigos são imitados – preferimos considerar que são *acionados*, entrando aí uma parte de imitação social e uma parte de invenção que os torna produtivos. O grau zero permite afirmar que a verdadeira aprendizagem não é a que imita – mas a que inventa na interação.

## Referências

- BRAGA, José Luiz. “O que a comunicação transforma?”, in BRAGA, José Luiz; FERREIRA, Jairo; FAUSTO NETO, Antonio; GOMES, Pedro Gilberto (orgs.) **Dez perguntas para a produção de conhecimento em Comunicação**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2013, p. 156-171.
- \_\_\_\_\_. “Uma teoria tentativa”. Brasília : **E-Compós**, vol. 15, série 3, p. 1-17, 2012.
- \_\_\_\_\_. “Dispositivos Interacionais”. **Anais da XX Compós**, GT Epistemologia da Comunicação, Porto Alegre, UFRGS, 2011.
- \_\_\_\_\_. “Comunicação é aquilo que transforma linguagens”. **Alceu**, PUC-RIO, vol. 10, série 20, p. 41-54, 2010.

CHRISTINO, Daniel. Relato crítico sobre o artigo. **GT Epistemologias da Comunicação**, XXIV Encontro Nacional da Compós, Brasília, 2015.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **A prosa do mundo**. São Paulo: Cosac Naify, 2007 [1964, obra póstuma editada por Claude Lefort].

TARDE, Gabriel. **Les lois de l'imitation**. 2<sup>e</sup> édition, 1895 [1890]. Réimpression. Paris: Éditions Kimé, 1993, 428 pp. Versão digital capturada em abril de 2013, em [http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques\\_des\\_sciences\\_sociales/index.html](http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html)

## The zero degree of communication

### Abstract

The codes required for communication are produced by communication processes. That assumption draws up the zero degree problem of communication: what is the starting point for the communication phenomenon as producer and user of codes and inferences?

The working hypothesis is the biological ability for imitation taken as the zero degree. The article dialogues with Gabriel Tarde, tuning and objecting his propositions about biological and social aspects of imitation; the dualism imitation and invention; and the communication flow against mere propagation. The conclusion proposes the ability to communication inventiveness as inherent to the lacunar aspect of the instinct of imitation.

### Keywords

Communicational Knowledge.  
Codes and Inferences. Imitation.

## El grado cero de la comunicación

### Resumen

Los códigos requeridos para posibilitar las comunicaciones son producidos por los procesos de comunicación. Este supuesto pone el problema del grado cero de la comunicación: ¿cuál es el punto de partida del fenómeno comunicacional generador y usuario de códigos y de inferencias? La hipótesis trabajada es que el grado cero es la capacidad biológica de la imitación. El texto dialoga con proposiciones de Gabriel Tarde, sintonizando y disintiendo del autor. Debate aspectos biológicos y sociales de la imitación; las relaciones entre la imitación y la invención; y el flujo de la comunicación, en contraste con la mera propagación. Se concluye con reflexiones heurísticas, y propone que la invención comunicacional es inherente al aspecto lacunar del instinto de imitación.

### Palabras clave

Conocimiento Comunicacional.  
Códigos y inferencias. Imitación.

Recebido em:  
18 de junho de 2015

Aceito em:  
04 de agosto de 2015

## Expediente

A revista E-Compós é a publicação científica em formato eletrônico da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Lançada em 2004, tem como principal finalidade difundir a produção acadêmica de pesquisadores da área de Comunicação, inseridos em instituições do Brasil e do exterior.

## E-COMPÓS | [www.e-compos.org.br](http://www.e-compos.org.br) | E-ISSN 1808-2599

Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Brasília, v.18, n.2, maio/ago. 2015.  
A identificação das edições, a partir de 2008, passa a ser volume anual com três números.  
Indexada por Latindex | [www.latindex.unam.mx](http://www.latindex.unam.mx)

## CONSELHO EDITORIAL

**Alexandre Rocha da Silva**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil  
**Alexandre Farbiarz**, Universidade Federal Fluminense, Brasil  
**Ana Carolina Damboriarena Escosteguy**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil  
**Ana Carolina Rocha Pessoa Temer**, Universidade Federal de Goiás, Brasil  
**Ana Regina Barros Rego Leal**, Universidade Federal do Piauí, Brasil  
**André Luiz Martins Lemos**, Universidade Federal da Bahia, Brasil  
**Andrea França**, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil  
**Antonio Carlos Hohlfeldt**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil  
**Arthur Ituassu**, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil  
**Álvaro Laranjeira**, Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil  
**Ângela Freire Prysthon**, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil  
**César Geraldo Guimarães**, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil  
**Cláudio Novaes Pinto Coelho**, Faculdade Cásper Líbero, Brasil  
**Daisi Irmgard Vogel**, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
**Daniela Zanetti**, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil  
**Denize Correa Araujo**, Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil  
**Eduardo Antonio de Jesus**, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil  
**Eduardo Vicente**, Universidade de São Paulo, Brasil  
**Elizabeth Moraes Gonçalves**, Universidade Metodista de São Paulo, Brasil  
**Erick Felinto de Oliveira**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil  
**Francisco Elinaldo Teixeira**, Universidade Estadual de Campinas, Brasil  
**Francisco Paulo Jamil Almeida Marques**, Universidade Federal do Ceará, Brasil  
**Gabriela Reinaldo**, Universidade Federal do Ceará, Brasil  
**Gisela Grangeiro da Silva Castro**, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil  
**Goiamérica Felício Carneiro Santos**, Universidade Federal de Goiás, Brasil  
**Gustavo Daudt Fischer**, Unisinos, Brasil  
**Herom Vargas**, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Brasil

**Itania Maria Mota Gomes**, Universidade Federal da Bahia, Brasil  
**Janice Caiafa**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil  
**Jiani Adriana Bonin**, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil  
**José Afonso da Silva Junior**, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil  
**José Luiz Aidar Prado**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil  
**Kati Caetano**, Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil  
**Lilian Cristina Monteiro França**, Universidade Federal de Sergipe, Brasil  
**Liziane Soares Guazina**, Universidade de Brasília, Brasil  
**Luiza Mônica Assis da Silva**, Universidade de Caxias do Sul, Brasil  
**Luciana Miranda Costa**, Universidade Federal do Pará, Brasil  
**Malena Segura Contrera**, Universidade Paulista, Brasil  
**Marcel Vieira Barreto Silva**, Universidade Federal da Paraíba, Brasil  
**Maria Ogécia Drigo**, Universidade de Sorocaba, Brasil  
**Maria Ataíde Malcher**, Universidade Federal do Pará, Brasil  
**Maria Clotilde Perez Rodrigues**, Universidade de São Paulo, Brasil  
**Maria das Graças Pinto Coelho**, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil  
**Maurício Ribeiro da Silva**, Universidade Paulista, Brasil  
**Mauro de Souza Ventura**, Universidade Estadual Paulista, Brasil  
**Márcio Souza Gonçalves**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil  
**Micael Maiolino Herschmann**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil  
**Mirna Feitoza Pereira**, Universidade Federal do Amazonas, Brasil  
**Nisia Martins Rosario**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil  
**Potiguara Mendes Silveira Jr**, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil  
**Regiane Ribeiro**, Universidade Federal do Paraná, Brasil  
**Rogério Ferraraz**, Universidade Anhembi Morumbi, Brasil  
**Rose Melo Rocha**, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil  
**Rozinaldo Antonio Miani**, Universidade Estadual de Londrina, Brasil  
**Sérgio Luiz Gadini**, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil  
**Simone Maria Andrade Pereira de Sá**, Universidade Federal Fluminense, Brasil  
**Veneza Mayora Ronsini**, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil  
**Walmir Albuquerque Barbosa**, Universidade Federal do Amazonas, Brasil

## COMISSÃO EDITORIAL

**Cristiane Freitas Gutfreind**  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil  
**Irene Machado**  
Universidade de São Paulo, Brasil  
**Jorge Cardoso Filho**  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil  
Universidade Federal da Bahia, Brasil

## EQUIPE TÉCNICA

**ASSISTENTE EDITORIAL | Márcio Zanetti Negrini**

**REVISÃO DE TEXTOS | Press Revisão**

**EDITORAÇÃO ELETRÔNICA | Roka Estúdio**

**CONTATO | [revistaecompos@gmail.com](mailto:revistaecompos@gmail.com)**

## COMPÓS | [www.compos.org.br](http://www.compos.org.br)

Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação

Presidente  
**Edson Fernando Dalmonte**  
 Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea - UFBA  
[edsondalmonte@uol.com.br](mailto:edsondalmonte@uol.com.br)

Vice-presidente  
**Cristiane Freitas Gutfreind**  
 Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social – PUC-RS  
[cristianefreitas@puccrs.br](mailto:cristianefreitas@puccrs.br)

Secretário-Geral  
**Rogério Ferraraz**  
 Programa de Pós-Graduação em Comunicação  
 Universidade Anhembi Morumbi  
[rogerioferraraz@anhembimorumbi.edu.br](mailto:rogerioferraraz@anhembimorumbi.edu.br)